



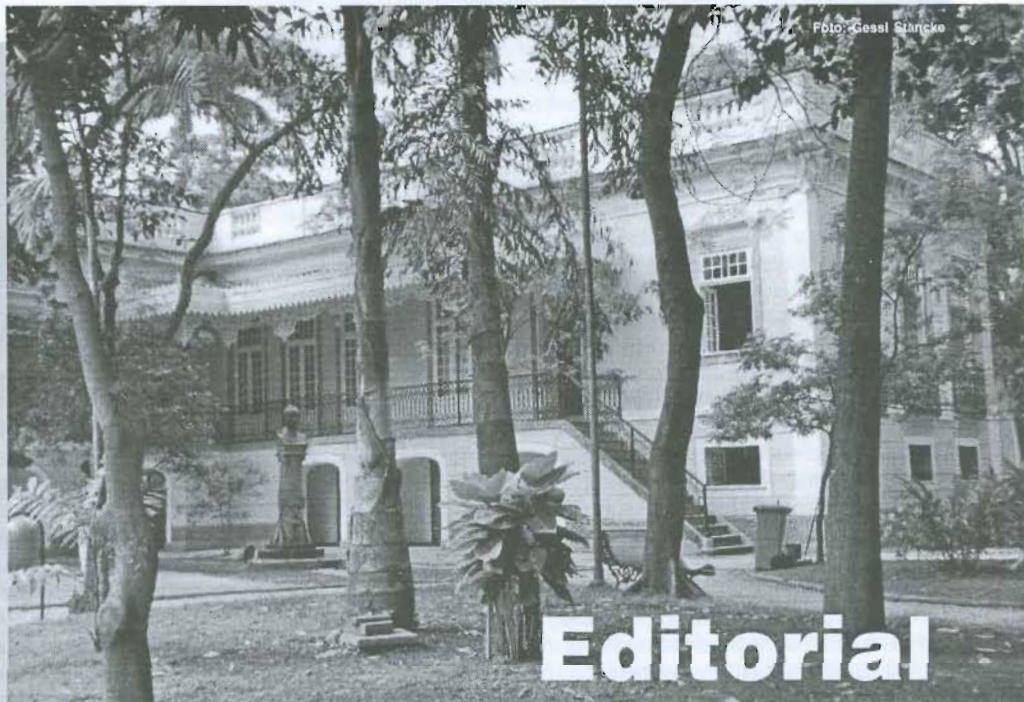
# MUSEU AO VIVO



ANO IX — Nº 16 — MARÇO/97 A JANEIRO/98

**E**m novembro passado, o Museu do Índio foi um dos escolhidos no Segundo Concurso Nacional de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública — ENAP e Ministério da Administração Federal e Reforma de Estado — MARE. Com o Projeto premiado “Programa de Revitalização e Modernização do Museu do Índio”, a instituição mostrou como passou de um quadro de estagnação ao pleno funcionamento, com crescente aumento de seus públicos-alvos, através da participação de todos os funcionários.

O trabalho foi instituído, em agosto de 1993, com base na gestão participativa e no estabelecimento de parcerias com instituições públicas, privadas e classistas, configurando uma inovação no âmbito da estrutura tradi-



Os jardins do Museu do Índio passaram, recentemente, por um tratamento paisagístico

## Editorial

cional da FUNAI e do próprio serviço público federal. No entanto, o Prêmio ENAP significa para todos nós do Museu do Índio, mais do que o reconhecimento de uma experiência administrativa bem-sucedida, ele é a concretude de um desejo coletivo de resgate de uma instituição e de realização de projetos profissionais.

Trabalhamos no sentido de criar condições para o desenvolvimento pleno da instituição enquanto divulgadora da temática indí-

gena junto ao grande público, guardião de acervo ímpar e abrigo de sonhos e projetos de trabalhadores responsáveis e respeitáveis pelo empenho e profissionalismo com que exercem suas funções.

Por isso, estamos todos de parabéns, nós funcionários, e o público que hoje dispõe de um Museu moderno, dinâmico e capaz de responder com qualidade às suas expectativas.

*A Direção*

**A questão do  
direito autoral e  
de imagem**  
Página 4

**Os índios Guarani  
do Rio de Janeiro**  
Página 2

**Museus online**  
Página 2

## OPINIÃO

## Museus online

Hélio Hara\*

Viajar, no sentido literal da palavra, sempre foi uma aventura enriquecedora. Afinal, conhecer a diferença é algo que acrescenta. Hoje, a locomoção se tornou mais fácil e, graças ao surgimento da Internet, também mais acessível. Visitar museus (em suas versões virtuais, sem necessidade de deslocamento físico) transformou-se numa experiência viável para qualquer um com acesso à rede. Mas o que oferecem tais instituições e como se dá tal transposição?

Para qualquer um interessado em museus online, o primeiro passo é não esperar uma migração literal. Pensemos em museus de artes plásticas, por exemplo: é impossível transpor para os monitores obras constituídas de textura, volume e, às vezes, até odor. Evidentemente, a função dos museus virtuais não é apenas reproduzir o existente, mas também usar os recursos da Internet para estimular a curiosidade e oferecer informação. O Whitney de Nova York, por exemplo, oferece uma série de links para obras concebidas para a Internet, acrescentando assim valor próprio a seu site. Já o British Museum, com seu acervo monumental, opta por fornecer informações específicas sobre as peças mais visitadas e permite marcar visitas guiadas de estudantes pela Internet. Dessa forma, usa a rede como mais um meio para disseminar dados e conquistar gerações acostumadas a buscar tudo na Internet. O meio eletrônico não tem função de copiadora: em vez de reproduzir, ele permite criar.

Por trás dos (melhores) sites está um conceito já presente nas (boas) instituições: o de museu vivo. Ora, se nas versões físicas os museus há muito deixaram de ser sinônimo de imobilismo e poeira, também nas versões virtuais a movimentação é necessária. Um elemento fundamental é a atualização: nada melhor, por exemplo, que de qualquer ponto do planeta ser possível saber o que anda sendo feito pelos museus, a que tipo de atividade eles dedicam mais tempo e dinheiro.

A própria existência de um site já sugere interesse da instituição num meio eletrônico, que, se ainda tem penetração numérica menor que folhetos, imagens na TV ou em jornais e revistas, conta com alcance geográfico irrestrito e com o qual dialogam com facilidade as novas gerações. Ocupar tal terreno e explorar suas possibilidades aumenta o tráfego em mão dupla entre as instituições e o público, e faz pensar num tempo em que o mundo virtual se transformará numa indispensável extensão do mundo palpável.

\* Editor do Segundo Caderno do jornal *O Globo*.

## EXPEDIENTE

Jornal Museu ao Vivo - nº 16 - Ano IX  
março/97 a janeiro/98

Editado pela Seção de Comunicação Social/  
Serviço de Atividades Culturais e Divulgação  
— SACD

Museu do Índio  
Fundação Nacional do Índio

Presidente da FUNAI: Sullivan Silvestre  
Oliveira

Diretor do Museu do Índio: José Carlos Levinho

Jornalista: Cristina de Jesus Botelho Brandão  
— Fleg. Prof. 18.678

Consultora Técnica: Arilza Nazareth de  
Almeida (antropóloga)

Revisão: Cristina de Jesus Botelho Brandão e  
Andressa de Paula (estagiária)

Ilustração: G. Togo

Publicidade: Márcio Teixeira

Projeto Gráfico e Editoração: PENELUC Prod. Gráf.  
e Publicidade Ltda.  
Telefax: (021) 533-0625

Distribuição Gratuita  
Tiragem: três mil exemplares

Apoio: Churrascaria Monchique  
RIOTUR

Museu do Índio  
Rua das Palmeiras, 55 — Botafogo  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP 22270-070  
Fax: (021) 286-0845  
Telefax: (021) 286-8899  
e-mail: museudoindio@ax.apc.org.br  
http://www.ibase.org.br/~museudoindio

## VISITAÇÃO:

3ª a 6ª feira, das 10 às 17h30m;  
sábado e domingo, das 13 às 17h.

MV não se responsabiliza por conceitos emitidos  
em matérias assinadas ou entrevistas.

## DESTAQUE

## Os índios Guarani do Rio de Janeiro



Crianças Guarani da aldeia Sapukay (RJ)

Foto: Cristiana Botelho

Com um projeto de auto-sustentação nas mãos que objetiva o cultivo de cana-de-açúcar, banana, aipim, arroz e feijão, além do plantio de uma horta e criação de pequenos animais, cerca de 300 índios Guarani Mbyá, em Bracuhy, no município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, saem em busca de apoio junto a organizações não governamentais e à própria FUNAI para garantir sua sobrevivência física e cultural. A área ocupada é de 2.106 hectares. "Antigamente, não precisávamos falar o Português, nem vender artesanato", desabafa Luiz Karai, vice-cacique do grupo. Apesar do processo final de demarcação ter acontecido em 1994, os Guarani precisam, ainda, conseguir sua autonomia econômica, já que sua principal fonte de renda — venda de artesanato — não é suficiente para garantir a compra de alimentos.

No cotidiano Guarani, a educação está presente mesmo com a dificuldade de produção de material escolar. Vivem na área cerca de 200 crianças, sendo que 120 — na faixa etária de 4 a 16 anos — frequentam a escola da aldeia. Todas as crianças falam o Guarani e só, a partir dos 12 anos, é que começam a aprender o Português. "Temos seis professores Guarani. Não vamos aceitar ninguém de fora", afirma Luiz.

Como melhorias na aldeia Sapukay, o vice-cacique destaca a instalação, em 1995, de um posto de saúde pela FUNAI em parceria com o Sistema Único de Saúde — SUS. "A mortalidade infantil é baixa e as crianças pouco adoecem aqui", afirma.

## VISITE A LOJA ARTÍNDIA NO MUSEU DO ÍNDIO

Artesanato indígena, livros, CDs

Segunda a sexta-feira, das 9 às 17h30m; sábado e domingo, das 13 às 17 horas.

Foto: Lamônica



Foto: Lamônica

APOIO

IRIO PREFEITURA  
CIDADE MARAVILHOSA

SECRETARIA DE TURISMO

RIOTUR

## ENTREVISTA

## com José Ribamar Bessa Freire

Cristina Botelho

José Ribamar Bessa Freire, 50, é Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas do Departamento de Extensão/SR da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ. Coordenou os trabalhos de pesquisa do livro *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*, editado, em 1997, pela UERJ.



Foto: Adriana de Oliveira

**Museu ao Vivo – Qual a importância de “Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro” para o ensino de 1º e 2º graus?**

**Bessa** – Existe uma lacuna muito grande em termos de informações sobre a história indígena do Rio de Janeiro, veiculadas pelos textos didáticos. O fato de ter sido produzido um livro numa linguagem não acadêmica, destinado às escolas de 1º e 2º graus, é extremamente importante para a divulgação de uma visão mais objetiva da contribuição dos índios na formação da cultura fluminense.

**MV – Quanto tempo foi preciso para produzi-lo?**

**Bessa** – Cinco anos. Em 1992, uma equipe de 10 bolsistas e pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ começou a percorrer 25 arquivos da Cidade do Rio, levantando documentação sobre a presença indígena nesta área. Isso permitiu fazer um mapa de 15 aldeias que chegaram ao século XIX e que transformaram-se, depois, em vilas e cidades.

Depois com o apoio financeiro do Convênio UERJ/MEC/FNDE, aconteceram as viagens da equipe para o interior do Estado do Rio de Janeiro. Basicamente, o trabalho consistiu na realização de pesquisas junto aos arquivos paroquiais, cartoriais e municipais.

Nos últimos seis meses, veio o trabalho de redação da publicação.

**MV – Como o senhor avalia os conteúdos, referentes às culturas indígenas, presentes nos textos didáticos, utilizados, atualmente, pelas escolas brasileiras?**

**Bessa** – No Brasil, os índios aparecem nos livros didáticos como nota de rodapé, quase sempre abordados por uma visão etnocêntrica e preconceituosa. Os povos indígenas não têm tido na historiografia o espaço que eles tiveram na história como processo real. Não se divulga a importância da cultura indígena como uma das matrizes formadora da cultura brasileira. E é o que enfatizamos no nosso livro.

Além disso, congela-se um pouco a cultura indígena. Todas as culturas são dinâmicas. Não se concede aos índios o direito de eles incorporarem elementos de outras culturas. Quando isso acontece, é como se eles deixassem de ser índios. O livro didático peca nesse sentido. “Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro” tenta combater esses preconceitos, dando uma outra imagem do índio, mais próxima da realidade.

**MV – Como vai funcionar o convênio assinado, recentemente, pelo Museu do Índio/FUNAI e Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ que trata da divulgação da questão indígena junto ao público escolar do Estado do Rio de Janeiro?**

**Bessa** – No primeiro momento, vamos trabalhar mais com as escolas da Cidade do Rio. A idéia é somar os potenciais dessas duas instituições. Dentro de dois anos e três meses, estaremos comemorando os 500 Anos do Descobrimento. Não sou contra o festejo, mas acho que devemos aproveitar a ocasião e refletir sobre o que aconteceu e o que está acontecendo com esses 180 povos que apresentam-se, hoje, com vitalidade e em processo de resistência.

Os livros foram distribuídos, gratuitamente, para as escolas de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro. A idéia do convênio é, basicamente, permitir que o Museu do Índio e a UERJ somem esforços para chegarem até a escola, até a sala de aula. Uma vez por semana, estudantes serão transportados para o Museu, onde visitarão exposições e, em seguida, no auditório, conversarão com os professores da UERJ sobre a história dos índios no Rio de Janeiro e, também, no Brasil.

As atividades do convênio começarão no próximo ano e contarão com apoio de vídeos sobre questão indígena. Haverá, também, palestras com a participação dos técnicos do Museu do Índio, voltadas para a formação de professores. A prioridade será para as escolas públicas, mas as particulares também poderão procurar o Museu do Índio, a fim de participarem da programação.

**MV – Seu trabalho também reafirma a presença dos índios Mbyá-Guarani no Estado do Rio de Janeiro. Na sua opinião, qual seria a política indígena ideal?**

**Bessa** – A política indigenista ideal seria aquela que fosse efetivamente realizada. Porque em termos de formulação de legislação política — não de execução —, acho que estamos bem. Na Constituição de 88, os índios, junto com aliados da sociedade nacional, conseguiram abrir espaço para que o Estado brasileiro reconhecesse a alteridade, a diferença. Trata-se de cumprir na prática o que está postulado no plano legal, como a garantia da terra e da escola diferenciada.

## INFORMES MI

## Da Aldeia à Internet

Em 97, o Museu do Índio completou uma etapa significativa do processo de conservação e preservação do seu acervo audiovisual. Cerca de três mil imagens do indigenismo brasileiro, produzidas desde 1890 até 1967, abrangendo os períodos da Comissão Rondon (1890 a 1915) e do Serviço de Proteção aos Índios — SPI (1910 a 1967), encontram-se já catalogadas e digitalizadas, prontas para serem disponibilizadas via Internet. No dia 30 de janeiro, o Museu do Índio abre a exposição *Da Aldeia à Internet* que mostra, através de 27 fotografias e 40 fotos, a riqueza desse acervo indigenista oficial.

## O Mundo É Multi

Através de mostras de fotos e objetos, apresentações de música e dança, lançamentos de livros e palestras, o Museu do Índio vem desenvolvendo o projeto “O Mundo É Multi”. O ciclo de eventos objetiva divulgar a diversidade étnica e cultural existente na cultura brasileira.



Desenho: G. Togo

## PESQUISA

## O arquivo, a informação e a lei

Rosely Curi Rondinelli\*

Com esse tema, o Museu do Índio realizou, nos dias 3 e 4 de setembro do ano passado, juntamente com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, um seminário para discutir a questão do direito autoral e de imagem frente ao direito à informação em suportes convencionais ou eletrônicos.

O toque singular do evento foi o fato do mesmo incluir os povos indígenas do Brasil que, pela primeira vez, tiveram seus direitos de autor e de imagem discutidos num fórum nacional.

O evento tinha como principais objetivos promover o debate e contribuir com os trabalhos de revisão da atual Lei de Direito Autoral do País (Lei 5.988/73). Tal contribuição se daria através da formação de uma comissão constituída por profissionais da informação e advogados, a fim de apresentar sugestões ao último Projeto de Lei, ora em tramitação no Congresso Nacional, de maneira a flexibilizar o direito autoral e de imagem em favor da pesquisa científica. Entretanto, a informação durante o seminário de que a nova Lei seria definitivamente aprovada ainda no mês de setembro de 97 frustrou os objetivos propostos. Assim é que, ao final dos debates, pode-se dizer que os profissionais da informação parecem fadados ao eterno conflito causado pelo dever de informar e a obrigação de respeitar uma Lei nada generosa com a pesquisa. Senão, vejamos:

Ao garantir que os direitos patrimoniais do autor perduram por toda a sua vida e mais sessenta anos, e que tais direitos se estendem, também vitaliciamente, a seus filhos, pais e cônjuges, a Lei atual e mesmo o Projeto de Lei em fase de aprovação inviabilizam a pesquisa da segunda metade do século XX.

A exigência constante no Artigo 30, de autorização do autor para utilização de suas obras e a omissão quanto à possibilidade do mesmo não ser encontrado, é outro obstáculo criado pela Lei e mantido no Projeto de Lei.

O Parágrafo VI do Artigo 49, que permite a representação teatral e a execução musical no recesso familiar ou nos locais de ensino desde que não haja intuito de lucro, deveria incluir textualmente os casos de exibição para fins de pesquisa de todo e qualquer material audiovisual existente nos Arquivos.

Enfim, muito poderia ter sido feito para a criação de uma Lei de Direito Autoral mais equânime, ou seja, uma Lei que, ao proteger os direitos do autor, considerasse também os direitos do pesquisador. O mesmo se poderia dizer sobre os direitos de imagem.

A consulta, a reprodução e a divulgação de documentos textuais e audiovisuais, existentes nos Arquivos, deveriam sofrer o menor número de restrições possíveis, desde que comprovada sua utilização para fins de pesquisa científica. Parece razoável que o cidadão que, através de seus impostos, mantém as instituições detentoras de acervos tenha o direito de acessá-los para produzir conhecimentos que beneficiarão toda a sociedade. O limite à curiosidade científica deve ser dado pela ética e não por leis unilaterais.

Quando aos índios, a situação parece se inverter, ou seja, há proteção de menos e desrespeito de mais.

A palestrante, Drª Juliana Santilli, considera que a Lei atual dá conta da proteção dos direitos autorais indígenas em caso de obra individual, embora tais direitos sejam, freqüentemente, desrespeitados sem que os dispositivos legais sejam acionados. O que ela chama a atenção é para as lacunas da legislação brasileira no que diz respeito à proteção dos direitos autorais de comunidades indígenas sobre obras coletivamente produzidas.

O caráter coletivo da obra, a impossibilidade de determinação de um limite temporal para sua criação e a transmissão do conhecimento, através da tradição oral, são aspectos mais do que específicos, que, segundo a palestrante, levam à necessidade da "criação de um regime *sui-generis* de proteção aos direitos autorais indígenas, quando coletivos".<sup>1</sup>

Trata-se de uma recomendação procedente e que, esperamos, seja levada adiante. Volto, porém, à carga e chamo a atenção para que o instrumento jurídico a ser criado não obstaculize a pesquisa sobre os povos indígenas do Brasil.

Coincidentemente, o Canadá está revendo sua Lei de Direito Autoral. Só que lá os arquivistas chegaram a tempo de apresentar sugestões as quais estão sendo analisadas pelo Parlamento. Assim sendo, gostaria de finalizar reproduzindo aqui um trecho da súmula contendo as propostas dos arquivistas do Canadá, publicadas no Boletim da Associação dos Arquivistas Canadenses, ACA, em setembro de 1996: "Acessibilidade hoje em dia não significa mais que os documentos estão simplesmente disponíveis à consulta nos Arquivos. Para o moderno pesquisador, acessibilidade é virtualmente sinônimo de disponibilidade de cópias."<sup>2</sup>

\* Chefe do Serviço de Arquivos do Museu do Índio — FUNAI.

1. SANTILLI, Juliana. **O direito autoral e os povos indígenas.** Texto apresentado durante o seminário "O Arquivo, a Informação e a Lei", promovido pelo Museu do Índio — FUNAI e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, p. 4.

2. THE ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVISTS. Brief to the Standing Committee on Canadian Heritage Regarding Bill. C. 32, an act to amend the copyright act. **ACA Bulletin**, Ottawa, v. 21, n° 1, p. 4, Sept. 1996.



Durante o evento foi discutida a questão dos direitos autorais indígenas. No centro, José Carlos Levinho, diretor do Museu do Índio

Tivemos a consideração com o papel do jornal de não colocar uma foto do *buffet a quilo* da Monchique neste anúncio.

A água poderia não ficar só na boca.

Rua da Alfândega, 53 \*  
Tel.: 253-1017 Fax: 233-2982

Rua Visconde de Inhaúma, 62  
Tel.: 233-8575 Fax: 233-8576

Av. N. Srª de Copacabana, 796A  
Tel.: 255-8603 Fax: 255-8840 \*

Rio de Janeiro



CHURRASCARIA A KILO

\* Agora também com Café da Manhã!



IMPRESSO